

Artigo

Suicídio indígena e(m) tensões sociopolíticas contra os Povos Originários em Mato Grosso do Sul

Indigenous suicide and/in sociopolitical tensions against Indigenous Peoples in Mato Grosso do Sul

Elaine de Moraes Santos
Monalisa Quintana

Resumo: Considerando que Mato Grosso do Sul possui o segundo maior índice de suicídios indígenas do Brasil (CIMI, 2022), visamos problematizar tensões sociopolíticas relativas a tais mortes entre os povos Guarani-Kaiowá no estado. Para tanto, acionamos os Estudos Discursivos Foucaultianos e a metodologia arqueogenealógica na análise do documentário *O Mistério de Nhemyrô*. No entrecruzamento entre aspectos históricos de violações que ainda dizimam comunidades inteiras, a irrupção do documentário emerge enquanto prática política de resistência tanto quanto, no rol de suas condições de possibilidade, delineia-se uma contranarrativa que subverte concepções normalizadoras sobre a terra, sobre a morte.

Palavras-chave: Guarani-Kaiowá. Documentário. Estudos Discursivos Foucaultianos.

Abstract: Considering that Mato Grosso do Sul has the second highest rate of indigenous suicide in Brazil (CIMI, 2022), our aim is to problematize sociopolitical tensions regarding the deaths among the Guarani-Kaiowá peoples in the state. In this way, we mobilize the Foucauldian Discourse Studies and the archeo-genealogical methodology in analyzing the documentary “O Mistério de Nhemyrô” (The Mystery of Nhemyrô). At the intersection of historical aspects of violations that still decimate entire communities, the emergence of the documentary arises as a political practice of resistance as much as, within the scope of its conditions of possibility, a narrative is delineated that subverts normalizing conceptions about land, about death.

Keywords: Guarani-Kaiowá. Documentary. Foucauldian Discourse Studies

Considerações preliminares

A prática suicida, enquanto fenômeno sociopolítico que perpassa naturezas distintas – saúde, política (pública), história individual e coletiva – ainda é uma temática sensível que circula entre arestas divergentes, seja no relato sempre polêmico das mídias, seja nas campanhas de conscientização pelas redes sociais, seja no silêncio de interrogações pautadas na dor e na incredulidade frente às perdas.

No que tange às mortes autoprovocadas entre os povos originários, defendemos que, além das

concepções clínicas vigentes, a manutenção da violência contra tais populações produz discontinuidades no interior de um funcionamento que instituiu e segue instituindo o apagamento das suas condições de existência, colaborando com diversos modos de sofrimento físico/psíquico/emocional desses povos, ao longo dos anos.

O cruzamento dos dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2022, com os da última edição do Relatório *Violência contra os povos indígenas no Brasil*, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2022)¹ demonstram uma mudança na situação em Mato Grosso do Sul (MS): o estado perde uma posição, deixando de ser o segundo e ocupando, agora, o posto de terceiro maior estado do Brasil em número de populações indígenas, mas segue com o segundo maior índice do país em registros de mortes indígenas por suicídio.

Estabelecido em 1972, em meio à ditadura militar, a instituição tem como propósito fomentar a solidariedade entre as populações indígenas, visando chamar a atenção de diversos setores da sociedade para suas demandas. Por meio de sua atuação, o CIMI se tornou uma autoridade na proteção dos direitos indígenas no Brasil e na América Latina. Sua legitimidade para abordar a violência que aflige as comunidades indígenas deriva de mais de cinco décadas de dedicação à causa desses povos, bem como de sua proximidade e constante diálogo com suas lideranças e organizações representativas.

Cientes quanto à gravidade dos dados difundidos pelo CIMI, inseridas no lugar teórico dos Estudos Discursivos Foucaultianos e fundamentadas na *arqueogenealogia* foucaultiana (Araújo, 2008; Gregolin, 2015, Navarro, 2015), o nosso objetivo, neste artigo, é problematizar tensões sociopolíticas relativas a tais mortes entre os povos Guarani-Kaiowá no Estado. Para tanto, enquanto expansão de um recorte baseado em dissertação de mestrado defendida por uma das autoras (Autora, 2023), realizamos a análise do documentário *O Mistério de Nhemyró* – produção organizada em 13 episódios, transmitidos pela TV Cultura no ano de 2019.

Interpeladas pela presente chamada da revista *Fragmentum*, qual seja – “Resistências, revoltas e revoluções: tensões sociopolíticas e transformações de sentido nas primeiras décadas do século XXI” – ousamos adentrar a problemática aqui proposta, interrogando-nos a respeito de como abordar cientificamente o tratamento de vítimas dos genocídios indígenas entendendo que essa prática também se dá no âmbito político diante de uma *vontade de verdade* (Foucault, 2014b) acadêmica tão requerida no presente.

Trata-se de observar o funcionamento discursivo do enfrentamento de diferentes relações de poder-saber (Foucault, 2014a) para defender que, no entrecruzamento entre tensões históricas de violações que ainda dizimam comunidades inteiras, concebemos que a irrupção do documentário analisado, por exemplo, emerge enquanto prática política de resistência indígena tanto quanto, no rol de suas condições de possibilidade, delinea-se uma contranarrativa que subverte concepções normalizadoras sobre a terra, sobre a morte.

Na direção do propósito estabelecido, este texto segue um percurso que começa no delineamento

I CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório:** violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2024.

do suicídio indígena no Brasil, no contexto dos povos Guarani-Kaiowá em MS; depois, em uma breve incursão nos pressupostos arqueogenealógicos que garantiram o tratamento das enunciabilidades do documentário e, por fim, na análise, na problematização de tensões sociopolíticas e do papel do documentário indígena na produção da resistência.

1. O suicídio indígena no contexto dos povos Guarani-Kaiowá em MS

Nos modos de caracterização linguística, tem-se os Kaiowá e os Nhandeva como variações da língua Guarani, que se insere na família tupi-guarani, do tronco tupi. Segundo Pimentel (2006), os povos guarani habitam o cone Sudeste do continente e, em terras brasileiras, Mbyá, Nhandeva e Kaiowá são três partições Guarani cuja existência é conhecida. Em relação aos Kaiowá, conforme explica o autor (2006), a procedência é exclusiva do Sul de MS. Além disso, ao longo do século XX, com a expansão agrícola, ele destaca como os processos de “aldeamento compulsório”, fomentados no interior das ações deflagradas por órgãos indigenistas, favoreceu a coexistência espacial entre grupos Nhandeva.

Concebendo essa espécie de “amalgama etnográfico”, os Guarani-Kaiowá, de MS, perfaziam a segunda etnia indígena mais numerosa do país, com 43.401 indivíduos, de acordo com o censo feito pelo IBGE, em 2010^{II}. No censo de 2022, esse percentual étnico não teve uma divulgação exata. De toda forma, ao propormos refletir sobre os casos de suicídio entre tais sujeitos no estado, temos acesso a um campo minado que não se resume a dados populacionais ou a investidas quantitativas. Ao contrário disso, o tema, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), configura uma questão de saúde pública, interligada a questões biológicas, psicossociais, ambientais, entre tantos outros fatores. Mesmo nessa variedade de domínios, para Almeida (2019), os discursos sobre a prática frequentemente são sistematizados pelas lentes da Medicina ou de dispositivos clínicos, o que pode repercutir no apagamento de boa parte das condições de subsistência das comunidades.

Na disputa de sentidos que se apagam ou que se reiteram, muitas vezes, o suicídio é focalizado por uma interpretação não indígena, ignorando, por exemplo, a amplitude de um estado de *nhemyró*, isto é, na cosmovisão guarani, a caracterização de um quadro psicossomático de profundo sofrimento, o qual pode indicar fator de risco para a ocorrência das mortes autoimpostas. Aliás, chamamos a atenção para a circulação recorrente de diferentes meios de denominar o fenômeno, tanto quanto os manuseamos aqui – morte ou violência autoinfligida, morte autoprovocada, suicídio, autoextermínio. Na espessura material de tais designações atualizáveis ao contexto, vemos que cada eixo parafrástico projetado ainda decai em uma visada estritamente ocidental. Sob outra concepção, a partir da compreensão originária de quem fica, a destruição voluntária da vida não é apenas a produção de morte, com fim na ação em si mesmo, mas uma construção relacional, em um panorama de extrema precarização de suas condições de existência, oriundo de adoecimentos coletivos: da comunidade, da família, do corpo, da terra, do indivíduo suicida. Para Moraes (2017, p. 255), “[...] vista de perto, pois, toda morte é uma história a ser

II INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pessoas indígenas, por sexo, segundo o tronco linguístico, a famílialinguística e a etnia ou povo**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/tab_1_14.pdf. Acesso em: 4 mar. 2024.

contada e menos importa o problema de ‘qual é a regra’ do que as reflexões mobilizadas pelos nativos”.

Na epistemologia das diferenças culturais, portanto, a escolha desse objeto para nosso gesto de leitura adentra a irrupção de enunciados sobre o suicídio indígena, confrontando os contornos limítrofes entre eles e suas *condições de possibilidade*. Para Foucault (2019, p. 34), remeter uma prática discursiva a determinadas condições de emergência é “[...] fixar seus limites de forma mais justa, [...] estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, [...] mostrar que outras formas de enunciação exclui”. Para um mergulho coerente nessa teia enunciativa, a que se refere o filósofo francês, não podemos perder de vista que, nas cosmovisões indígenas,

A vida vai dos oceanos para a terra firme, atravessa de norte a sul, como uma brisa, em todas as direções. A vida é esse atravessamento do organismo vivo do planeta numa dimensão imaterial. Em vez de ficarmos pensando no organismo da Terra respirando, o que é muito difícil, pensemos na vida atravessando montanhas, galerias, rios, florestas. A vida que a gente banalizou, que as pessoas nem sabem o que é e pensam que é só uma palavra, assim como existem as palavras “vento”, “fogo”, “água”, as pessoas acham que pode haver a palavra “vida”, mas não. Vida é transcendência, está para além do dicionário, não tem uma definição (Krenak, 2020, p. 15).

Como se pode ver, nas palavras do filósofo e escritor indígena, Krenak (2020), a ancestralidade da leveza com que os organismos vivos em constante respiração emanam da natureza se dá em um aspecto relacional. Contraditoriamente, os relatórios sobre o suicídio entre povos originários registram a asfixia mecânica como recurso mais adotado nas mortes investigadas. Em conformidade ao que salienta Maceno (2021, p. 273), “[...] morre-se pela garganta porque nela é também veiculada a palavra, fundamento da vida Guarani e Kaiowá. Assim, quando se perde ou se altera radicalmente a cadência da oralidade que é sagrada [...] o jovem pode se inclinar a morrer veiculando a garganta”.

Nessa direção, encontramos, naquilo que cessa o processo respiratório, no “enforcamento”, no “envenenamento” das pessoas em sofrimento, ações direcionadas ao esfacelamento da própria existência corpórea que também metaforizam o estancamento de dizeres sufocados na precariedade de variadas dores. Assim, se a corporeidade “[...] não é apenas um dado material, como a carne, [se] um corpo se faz com carnes, mas também com signos, imagens, conceitos, enunciados, performances, gestos, comportamentos, códigos, regramentos, tecnologias e artefatos” (Albuquerque Júnior, 2019, p. 249, acréscimo nosso), o corpo asfixiado, enforcado ou envenenado, visto sob um prisma discursivo, (re) produz efeitos de poder na medida em que se dá na profusão do linguístico com o histórico.

2. Arqueogenealogia do documentário

A adoção de metodologia arqueogenealógica, selecionada para esta seção, favorece a reflexão acerca das tensões sociopolíticas que atravessam os acontecimentos discursivos a respeito do suicídio indígena. De acordo com o filósofo francês, os acontecimentos discursivos são “[...] o que rege os enunciados e a forma como estes se regem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis” (Foucault, 2014a, p. 39). Diante dos interditos (Foucault, 2014a) comuns, cabe destacarmos que eles passam pelo

tratamento do tema do autoextermínio, desde a ação em si, o uso da terminologia relacionada, como se os discursos sobre a vontade de morrer materializassem o suicídio propriamente, a regularidade (Foucault, 2019) dos dizeres em circulação fica frequentemente associada à busca por causalidades, à naturalização do processo como se fosse um marcador cultural, ou, ainda, à falta de compreensão.

Levando isso em conta e compreendendo o enunciado enquanto a unidade mínima recortada pelos analistas, como demarca Navarro (2015), é que estabelecemos as regularidades do *arquivo*, definido por Foucault (2019, p. 158) como o que “[...] rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. Tendo em vista os objetivos traçados, estabelecemos, como *corpus*, três Sequências Enunciativas (SEs) formuladas no documentário intitulado *O Mistério de Nhemyró*, conforme já anunciado, tendo em vista as estratégias contranarrativas e de resistência que merecem ser conservadas com valor de história. Segundo Sargentini (2004, p. 92), “[...] o Foucault da fase arqueológica, preocupado em reconstruir as regras do discurso, vê uma saída pela genealogia que lhe permite observar as interpretações a partir de práticas de poder”. É, portanto, pela conjunção entre as duas formas de olhar para uma materialidade que analisaremos as SEs recortadas acerca do suicídio indígena.

Ressaltamos que a noção de arquivo mobilizada, na esteira do pensamento foucaultiano, insurge na relação entre aspectos linguísticos, históricos, sociais e políticos. Nesse processo, então, é “[...] preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame [...] aceitar tratar apenas, [...] de uma população de acontecimentos dispersos (Foucault, 2008, p. 26). Problematizar as sequências enunciativas, sob os pressupostos dos Estudos Discursivos Foucaultianos, implica concebê-las em seus jogos estratégicos, nos quais os sentidos estão sempre em confronto, tal como em uma guerra (Foucault, 2014a). Indo além, significa compreendê-los em sua instabilidade, seus perigos, sua duração indefinida e com os poderes que ele mobiliza (Foucault, 2014a).

Aliada à falta de entendimento da sociedade normativa (Foucault, 2014) consigo mesma, a transposição de um acontecimento disperso como o suicídio nas comunidades indígenas parece constituir um desafio ainda maior à compreensão para o atendimento em saúde mental, dadas as especificidades culturais de cada etnia. Foram esses aspectos, entre outros, que, a nosso ver, o pesquisador indígena Tônico Benites, em codireção com a cineasta tocantinense Eva Pereira e sua equipe, mobilizaram na série de documentários *O Mistério de Nhemyró*, a partir da parceria entre pesquisadores, representantes originários, autoridades, agentes dos distritos e das secretarias especiais de saúde indígenas.

Sua participação começa com a própria exposição, de modo a explicitar sua formação acadêmica e sua procedência cultural indígena. Além disso, ele também é apresentado por outros estudiosos e antropólogos indigenistas, os quais ressaltam sua importância tanto na academia quanto na capacidade de abordar o tema sensível do suicídio indígena a partir de uma perspectiva nativa. Esse reconhecimento reforça sua credibilidade e destaca sua visão sobre o assunto, posicionando-o como um guia essencial para a compreensão mais profunda da complexidade do tema.

Concebendo com Foucault (2014a, p. 10) que o discurso é “[...] aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”, interessa-nos o lugar ocupado por tal sujeito do discurso nesse enquadramento, mais especificamente, porque ele é focalizado enquanto exemplar de uma prática de

resistência. Para Foucault (2006, p. 261, grifos do autor),

[...] se não há resistência, não há relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. A partir do momento que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder. A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder. Eu penso que o termo “resistência” é a palavra mais importante, a palavra-chave dessa dinâmica.

Rompendo, pois, com a regularidade com que a sociedade envolvente, muitas vezes, propõe-se a falar dos povos originários, no caso aqui retratado, enquanto texto documental, a série escolhida oferece não apenas materialidades diversas, mas também o acesso aos relatos orais indígenas, de suas perspectivas, as quais constituem a base para uma imersão nas memórias ativadas por familiares. Compreender esse potencial memorialístico assentado também no cerne das próprias formulações linguageiras de sua existência material é um convite para a observação de “[...] uma organização estratégica no modo de constituição da espessura material da produção audiovisual” (Campos, 2021, p. 51). Destacamos, então, o potencial analítico de tal construto “[...] cuja análise pode possibilitar a descrição sistemática dos jogos de verdade instaurados na relação de poder entre Estado e população em seu funcionamento polivalente (Campos, 2021, p. 51).

Entendemos que a posição assumida por Tônico Benites, enquanto um estudioso que conduzirá o espectador ao domínio de um saber inscrito, até então, na ordem do “mistério”, estabelece-se, estrategicamente, no documentário, vivenciando as experiências, os relatos, colhendo entrevistas, provas, vestígios sobre as mortes por suicídio, convidando-nos ao exercício da escuta. Dessa forma, ele se inscreve “[...] nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que o sujeito pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala” (Foucault, 2019, p. 60). Trata-se de uma posição de sujeito cujo estatuto científico imprime um ideal de observação, atrelado tanto ao rigor metódico, atribuído à ciência ocidental socialmente valorizada, quanto à mobilização das cosmovisões originárias, de forma que seu repertório o permite articular saberes das duas ordens, conferindo legitimidade às suas falas.

Desde o primeiro episódio, por exemplo, introduz o seu trajeto por diferentes comunidades indígenas do Brasil, com realidades distintas, demonstrando as diversas possibilidades de se olhar para o tema do suicídio, como pesquisador interessado em observar o assunto de forma mais aprofundada, tanto enquanto sujeito indígena que conheceu/viveu a história com/de seus ancestrais. Um pesquisador que sabe bem como funciona o processo de exploração dos territórios e da mão de obra dos povos originários porque vivenciou/vivencia as ocorrências e os impactos dessa exploração na constituição da sua subjetividade.

Na produção de uma leitura iconográfica desse processo, entendemos, a partir do que estabelece Tasso (2013, p. 122), que a instância documental de *O Mistério de Nhemyrô* erige-se em um “[...] inventário do real”, ou seja, em um entrelaçamento de diferentes formações discursivas e de campos

associados (Foucault, 2010), articulando o visível e todo inteligível (possível). A esfera associada, emergente na literatura foucaultiana, também nos desloca para o potencial memorialístico comum ao gênero documental, cuja natureza híbrida, supõe o artístico e o jornalístico operando conjunta e concomitantemente.

Campos (2021, p. 49, acréscimo nosso), ao versar acerca dedizibilidades que reúnem relatos, narrativas e sujeitos propõe, como performance documental, o funcionamento que atua “[...] faz[endo] ver e dizer a realidade sob as ‘objetivas’ da câmera digital e, em especial, por estar disponível numa plataforma de vídeo para uma grande parcela da população se torna um meio propício para a vinculação desse dizer-a-verdade”. Considerando a “vinculação desse dizer-a-verdade”, a que Campos (2021) faz alusão, entendemos que a produção de sentidos, no documentário, em análise, também insurge como a difusão de verdades sobre as condições de desumanidade e sofrimento seguramente imputadas pelo próprio Estado.

Para Tasso (2015, p. 47), a “[...] hibridização em potencial de saberes técnico, tecnológico, artístico e estético, [...] para além do entretenimento, é espaço de discursivização sobre o real e o ficcional”, assim, na dupla relação envolvida, vemos o teor contranarrativo da obra audiovisual em estudo. Cabe ressaltar que se trata de uma contranarrativa extremamente importante sócio-historicamente porque, na época em que é lançada, nossa sociedade vivia sob os mandos de um (des)governo profusor de discursos de deslegitimação sobre indígenas, referindo-se às comunidades como um atraso para o país, cujos sujeitos deveriam ser incorporados aos modos de vida neoliberais, a exemplo das tentativas de aprovação de leis a favor dos garimpos nas reservas, das ameaças e mortes pelos grileiros, das denúncias e dos pedidos de ajuda que foram negados às comunidades Yanomamis, entre tantos outros acontecimentos exemplares de negligências.

3. Tensões sociopolíticas e o documentário como prática de resistência

Nos últimos anos, no interior do Grupo de Pesquisa (identificaremos após avaliação de pareceristas), seja em nossos estudos individuais, seja nas produções coletivas, temos defendido o quanto é urgente desnaturalizarmos a temática da luta pela terra como única tônica possível quando se focaliza tensões sociopolíticas relativas à problemática indígena em nosso país. Isso porque qualquer tentativa de homogeneização dos povos originários favorece a produção de efeitos distintos de massificação, de exclusão e, sobretudo, de objetivação da categoria. Foucault (1995) explicita a noção de objetivação, entrelaçando a própria maneira com que sujeitos se configuram enquanto tônica dos seus estudos, mobilizando “[...] três modos de objetivação que transformam seres humanos em sujeitos” (Foucault, 1995, p. 231). Nas palavras do autor, “[...] na segunda parte [...], estudei a objetivação do sujeito naquilo que eu chamarei de ‘práticas divisoras’. O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Esse processo o objetiva” (Foucault, 1995, p. 232).

No outro extremo da prática tradicional de apagamento das diferenças, nas condições de possibilidade da história sul-mato-grossense, sobre os Guarani-Kaiowá, enquanto parte das etnias contempladas na série de documentários, os aspectos que envolvem a posse de territórios, na relação

entre os direitos indígenas e o avassalador crescimento das propriedades rurais, ainda se marcam pela força motora de onde advém tanta violência e tanta morte no interior das comunidades (Morais, 2017; Pimentel, 2006).

Como era de se antever, assim como destacado pelos(as) autores(as) citados(as) e pelos resultados das publicações do CIMI, o documentário faz aflorar a produção de uma esfera que conjuga as dores físicas do luto, pela violência imputada ao ente querido, performadas, inclusive, na espessura material das lágrimas, às súplicas pelo fim de tanta injustiça, como ocorre no quarto episódio, segundo recortado na Sequência Enunciativa (SE)1, a seguir:

SE 1 – Cena do Quarto episódio



Fonte: Print realizado pelas autoras em: 04 mar. 2024.

Na SE 1, em primeiro plano, recortes de corpos emergem, deslizando entre o choro individual, com rosto bem marcado, e a coletividade das partes de troncos, de mãos, de seres que velam em diferentes condições de existência, prostrados em círculo, em volta de mãos-matéria deitadas. Na legenda da cena, em letras com fonte branca, o enunciado – “Eu não vou sair daqui nunca” – reiterado pela repetição do negar, corroborada na dobradinha dos advérbios “não” e “nunca”, marca a presentificação dos pés que se manterão fincados em um “aqui” de dor, de luta, pelo *tekoha* (território-modo de vida em Guarani-Kaiowá). No regime de enunciabilidade do segundo recortado pela imagem que *printamos*, temos acesso, portanto, “[...] aquilo que dá lugar à série aleatória de acontecimentos e fixa sua fronteira” (Foucault, 2010, p. 53): a resistência em permanecer na eternidade que lhe for garantida e não sair do “[...] lugar em que vivemos segundo nossos costumes” (Morais, 2017, p. 32).

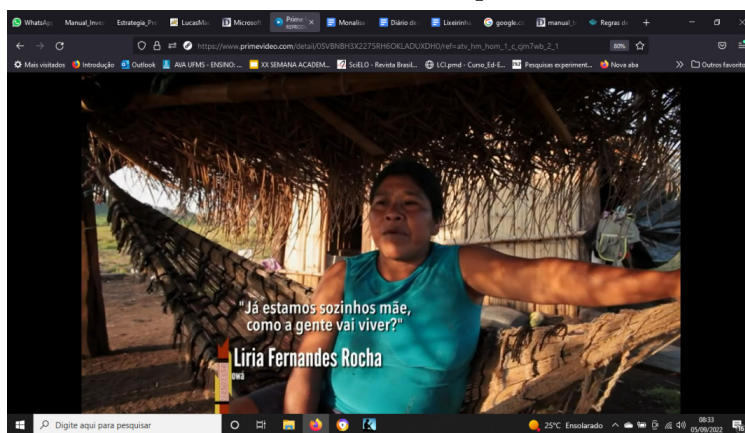
Aqui, a dor Guarani-Kaiowá passa por uma esfera próxima do estado de *nhemyrô*, em uma multiplicidade de sentimentos (desolação, desesperança, angústia), que pode figurar enquanto motivação para o extremo da morte, um extremo que conecta o indivíduo de volta com o sagrado da terra, em uma nova interligação, agora não mais contornada pelas sujeiras de lutas tão desiguais. Morais (2017) chama a atenção para o fato de como os corpos de pele avermelhada, enterrados na terra vermelha, representam, para os indígenas que ele entrevistou, a própria materialização da vida no caminho de volta para sua essência sagrada.

Um sagrado que, no interior de relações de força fundiárias, é despojado e sobreposto na definição do quão fértil pode ou não ser o lugar de disputa entre indígenas e produtores rurais. No encaixo de questões econômicas, sociais, políticas e de direito, Guerra (2016) alerta sobre como as especificidades

da vida urbana, com construção e inauguração de rodovias, com inserção de veículos midiáticos e com o aumento das hidrelétricas vem perfazendo um cenário de ampliação da exploração de riquezas, impulsionando, ainda mais, a tensão diante das reservas. De espaços de cultivo aos modos de vida das comunidades Guarani-Kaiowá, o crescimento mercadológico, proveniente das práticas neoliberais, concebe os espaços como impedimento para o desenvolvimento econômico/industrial dessas regiões.

Mudando de sequência enunciativa, no quinto episódio, com o enunciado-pergunta – “Já estamos sozinhos, mãe, como a gente vai viver?” – uma matriarca Kaiowá, Líria Fernandes Rocha, diz do lugar de quem perdeu marido e filho. Na primeira perda, o crime hediondo se constitui do assassinato de um pai diante de sua esposa e de seu filho. Se a brutalidade dessa violação já não fosse trauma suficiente, a mesma família ainda é assolada pelo suicídio do filho.

SE 2 – Cena do Quinto episódio



Fonte: *Print* realizado pelas autoras em 04 mar. 2024.

A questão, que ecoa no relato dessa mãe, fala de faltas e de excessos: da falta de recursos, de forças, de esperanças para subsistência, de um lado, das memórias da violência, do medo e do inconformismo, de outro. Entre as formulações que viabilizam a emergência de um dispositivo documental (Tasso, 2015), a dor fomenta a confluência de práticas discursivas distintas. O entrelaçamento de vida e morte nos acampamentos de retomadas emerge no documentário, demonstrando como o seu funcionamento enquanto dispositivo é fundamental para confrontar uma problemática dilacerante. O enquadramento, bem como as técnicas para aproximar e/ou distanciar tais relatos, produz um olhar autêntico, possibilitando que a abordagem de questões sensíveis seja compartilhada com diferentes públicos, impulsionando um engajamento mais robusto com a temática.

Chamamos a atenção para a forma com que as especificidades desse sentimento compõe a performance documental, definida por Campos (2021) como um “[...] conjunto complexo, estruturado a partir de saberes técnicos, tecnológicos e discursivos, que constitui o dispositivo documental, uma instância modalizadora do discurso científico mobilizado no documentário” (Campos, 2021, p. 23). Em outro contexto de análise, Campos (2021) situa a espessura do funcionamento documental como “[...] o modo de composição do documentário exigiu elaborar, produzir, captar, editar um conjunto de cenas que fizessem ver aquilo que, pelos processos técnicos e tecnológicos, fizeram falar os sujeitos entrevistados”. Cientes disso, somos instadas a redefinir o lugar ocupado pela existência corporal indígena quando se trata de falas que narram do cotidiano de perdas, violações, injustiças, impunidades, interrupções da

vida, que relatam manutenções das investidas neoliberais em torno das reservas.

Em direção oposta ao exercício de conjunturas hegemônicas que levam à morte, como resgatamos nas SEs 1 e 2, no último episódio, por sua vez, práticas ritualísticas das comunidades irrompem diante da tela, em uma espécie de manutenção das suas tradições ancestrais, situando o viver indígena como enfrentamento possível, como forma de objetivação da vida.

SE 3 – Cena do décimo terceiro episódio



Fonte: *Print* realizado pela autora em: 4 mar. 2024.

Na esteira do pensamento foucaultiano sobre a objetivação da vida e resgatando a chamada do periódico que motivou a criação deste recorte, é que temos insistido, desde o início, em não condicionar uma reflexão sobre suicídio à aceitação de morte, simplesmente, ou mesmo, em uma visão estabilizada de morte ou de passividade, uma vez que isso implicaria em minimizar a vastidão de elementos inerentes ao requer o debate na área. Aliás, dentre outras aberturas de lentes possíveis, a compreensão de que tais fenômenos não são marcas culturais intrínsecas a esses povos é urgente, pois, na verdade, eles são frutos de processos históricos que têm se reiterado na mesma proporção com que as violações seguem ocorrendo há séculos.

Por fim, com a SE 3, é possível perceber a presença do maracá nas mãos de crianças, em vestimentas heterogêneas, manifestadas tanto pelos ornamentos próprios aos ritos familiares quanto pela presença de uniforme escolar, demarcando, também, as marcas da institucionalização social pelas quais as comunidades passam. A tessitura da cena desloca nossos olhos para um terreno divergente, no qual não pairam apenas números ou denúncias de parte das barbáries já contempladas nesta discussão. Com o print, a coexistência entre a esperança de uma roda infantil, com a força do exercício de suas práticas culturais, segue fomentando a resistência. Resgatando que, para Foucault (2009, p. 105), “[...] onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”, ressoa, então, na imagem das crianças, a ideia de continuidade, a projeção de um porvir menos hostil, rompendo com a historicidade do chamado descontínuo à morte autoprovocada.

Considerações finais

Neste texto, longe de se esgotar as possibilidades de leitura, o nosso intento foi problematizar

tensões sociopolíticas relativas às mortes autoprovocadas entre os povos Guarani-Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, acionamos os Estudos Discursivos Foucaultianos e a metodologia arqueogenealógica na análise do documentário *O Mistério de Nhemyró*, tecendo algumas amarras e articulando as proposições teóricas, sobretudo as de Campos (2021) e Tasso (2015), à síntese da obra audiovisual focalizada. Na (re)produção do real, situamos os episódios nos seus entrecruzamentos dos discursos sobre o suicídio indígena com diferentes pontos de encontro/confronto, principalmente ressaltando a atualização da dinâmica do processo de ocupação territorial do Estado, cujas consequências incidem nos Guarani-Kaiowá.

A historicidade da luta dos povos indígenas pela defesa da demarcação de terras configura mais do que a resistência frente aos processos de violência e violações dos seus direitos fundamentais, já que o território constitui a própria essência do sujeito indígena, como discutimos. As narrativas documentais colocam as comunidades originárias na fronteira entre a articulação da sua história, de modo a consolidar a sua luta no passado, ao mesmo tempo em que se posiciona no presente, tomando os espaços de fala e de escuta como local de resistência.

A partir de tais projetos, encontramos efeitos de exercício do poder, os quais tendem a promover maior segregação social, sobretudo levando ao apagamento de determinadas manifestações culturais. Nas acepções propostas por Foucault (2018, p. 88-89), o poder é definido como: “[...] o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes se transforma, reforça, inverte [...] enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais”.

Ao voltar nossa atenção, pois, para as comunidades nativas, percebemos que, na multiplicidade das correlações de força discutidas pelo filósofo francês, situa-se o funcionamento do discurso hegemônico e sua contribuição para a construção de uma marginalidade de tais povos, bem como para a sua fixação no imaginário coletivo. Sendo assim, abrimos um olhar para conflitos cada vez mais comuns em diversas regiões do Brasil que perfazem desde as discussões em torno do que significa se constituir indígena diante de uma sociedade moderna e globalizada, até o próprio processo de demarcação de territórios para a manutenção dos modos de vida desses povos.

Assumindo a relevância do arquivo para a perspectiva analítica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, os pressupostos de Sargentini (2006) foram bastante pertinentes a este trabalho na medida em que a autora defende a noção de que o arquivo permite uma leitura em que dispositivos e configurações específicas são trazidos à tona, possibilitando uma ampliação de busca do social e do histórico no discurso. No caso que analisamos, trata-se da evocação de uma representação de indígena enquanto indivíduo de tradição guerreira que resiste e não deixa de lutar para garantir o seu espaço.

Com as três sequências enunciativas recortadas, na regularidade de um funcionamento documental, os *prints* procuraram dar vazão aos imbricamentos promovidos entre perdas, vestígios de vida e resistências. A performance documental mobilizada no construto teórico-metodológico acionado, nesse sentido, constitui-se como uma ferramenta analítica que permite observarmos o funcionamento do dispositivo documental em suas diferentes maneiras de focalizar os sujeitos por ele atravessados. Nos casos de suicídios, os relatos contemplam razões diversas, desde conflitos familiares e conjugais

a desentendimentos entre colegas de escola, embora parte dessas motivações não tenha tematizado os episódios selecionados para este artigo, nem explicam a complexidade em torno de um fenômeno tão multifatorial.

Pensar o complexo processo de demarcação de terras e as discursividades produzidas em torno de conflitos entre indígenas e produtores rurais em Mato Grosso do Sul requer um deslocamento do imaginário que foi construído ao longo da história, permaneceu na memória discursiva desde a “colonização” e ainda circula acerca desses povos, especialmente em práticas voltadas à sua inserção no mundo globalizado em que vivemos, mesmo quando essas práticas acabam figurando como combustíveis a um estado de *nhemyrō* sem precedentes no cotidiano das aldeias.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As viagens e as viragens das carnes: o corpo como espaço de práticas de liberdade ou corporificando Michel Foucault. In: BUTTURI JUNIOR, A. *et al.* **Foucault e as práticas de liberdade I: o vivo e seus limites**. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 249-271.

ALMEIDA, Flávia Andrade. **Suicídio na Biopolítica: estudo à luz dos escritos de Michel Foucault**. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault, um arqueogenealogista do saber, do poder e da ética. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 35, p. 37-55, abr. 2004.

CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. **A emergência do intelectual específico em práticas discursivas de transgressão: relatar a si mesmo como aleturgia no documentário resgates**. 141 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2021.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2022**. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 4mar. 2024.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231- 249.

FOUCAULT, Michel. **Michel Foucault: Entrevistas**. Roger PolDroit. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. Retornar à história. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Trad. Elisa Monteiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 282-295.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes: 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. As fronteiras da exclusão: o discurso do outro e o processo identitário do indígena. **Anais do VI Seminário Internacional América Platina (VI SIAP) e I Colóquio Unbralde Estudos Fronteiriços**. Campo Grande: UEMS, 2016. p. 1-9. Disponível em: https://eventos.uems.br/assets/uploads/eventos/88a59795508e69486b5c940014affe2c/anais/1_2016-11-13_16-46-26.pdf. Acesso em: 23 out. 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Discursos e Imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na web. In: FLORES, G.; NECKET, N.; GALLO, S. (Orgs). **Análise do Discurso em Rede**: Cultura e Mídia. Campinas: Pontes, 2015. p. 191-211.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**: Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MACENO, Lucas Sales. **Memórias de suicídio Guarani e Kaiowa na Reserva Indígena de Dourados**: história oral. 320 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021

MORAIS, Bruno. **Do corpo ao pó**: Crônicas da territorialidade Kaiowá e Guarani nas adjacências da morte. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

NAVARRO, Pedro. Por uma análise arqueogenealógica do discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Estudos discursivos à brasileira**: uma introdução. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 149-173.

O MISTÉRIO de Nhemyró. Direção de Eva Pereira. MZN Filmes e Cunha Porá Filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vZzeZOUtjEQ>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PIMENTEL, Spensy K. **Sanções e guaxos**: suicídio Guarani e Kaiowá – uma proposta de síntese. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – FFLCH/USP, 2006.

QUINTANA, Monalisa Iris. **Suicídio Indígena, Práticas Discursivas e(m) Documentário**: por uma arqueogeneologia de O(s) Mistério(s) de Nhemyró. 2023. 125 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/12495>. Acesso em: 04ago. 2024.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. *In*: SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividades. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 77-96.

TASSO, Ismara. Discurso em imagem: verdade, fotografia-documentário e inventário do real. **Revista Científica Ciência em Curso** – Palhoça, SC, v. 2, n. 2, p. 113-124, jul./dez. 2013.

TASSO, Ismara. Corpos em vigília sob regimes do dizer e do olhar da técnica e da tecnologia biopolítica e cinematográfica. *In*: TASSO, Ismara; OLIVEIRA, Valéria (Orgs.). **Domínios e dispositivos técnicos, tecnológicos e das tecnologias e(m) discurso**: a formação dos conceitos. Campinas, SP: Pontes, 2015. p. 47-81.